



POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO E AS CONTRIBUIÇÕES DO MOVIMENTO OPEN ARCHIVES INITIATIVE (OAI) NO NORDESTE BRASILEIRO

Juliana Rabelo do Carmo¹

Valéria Bastos da Silva²

Cláudia Maria Pinho de Abreu Pecegueiro³

Resumo

Fundamenta a Iniciativa de Acesso Aberto (OAI) objetivando compreender o OAI em seus diversos aspectos com vistas a mapear as instituições brasileiras que implantaram repositórios de Acesso Livre - DSPACE. Analisa a Declaração de Budapeste, documento que oficializa o OAI. Mostra motivações do Acesso Livre ao conhecimento científico, expondo a praticidade informacional no espaço virtual. Ressalta a interoperabilidade como fator importante para maior alcance da divulgação científica. Utiliza como metodologias as pesquisas bibliográfica e descritiva. Conclui enfatizando que a utilização do DSPACE, para armazenamento, preservação e disseminação da informação é uma estratégia significativa na divulgação científica.

Palavras-chave: Acesso Livre; *Open Archives Initiative (OAI)*; Comunicação Científica; Repositórios Dspace.

Abstract

Founded the Open Access Initiative (OAI) OAI in order to understand its various aspects in order to map the Brazilian institutions that have implemented open access repositories - DSPACE. Analyzes the Budapest Declaration, a document that formalizes the OAI. Shows motivations of Open Access to scientific knowledge, exposing informational practicality in virtual space. Emphasizes interoperability as an important factor for greater range of science communication. Used as research methodology and descriptive literature. Concludes by emphasizing that the use of DSPACE, storage, preservation and dissemination of information is a significant strategy in science communication.

Key words: Open Access, Open Archives Initiative (OAI), Scientific Communication; Repositories Dspace.

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: juliana.rabelo@yahoo.com.br

² Estudante de Graduação. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: valeria.ufma@hotmail.com

³ Doutora. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: pecegueiro@ufma.br



1 INTRODUÇÃO

A informação científica, propulsora do desenvolvimento intelectual, social e econômico divulga intra e extrapares o conhecimento e atua como parceira da ciência na chamada Era do conhecimento.

O pesquisador, para transferir suas descobertas à comunidade à qual pertence, - como forma de obter o reconhecimento dos pares, instituições, academias, sociedades científicas etc. (LE COADIC, 1996). – busca soluções econômicas, efetivas e ágeis que garantam o processo de comunicação científica. Dessa forma, os Arquivos Abertos (Open Archives Initiative - OAI) vêm se firmando como um movimento capaz de suportar as demandas da comunidade científica.

Nesta perspectiva, esta pesquisa que tem como objetivo maior compreender o OAI nos seus diversos aspectos com vistas à análise da sua aplicação, a partir do software DSPACE, no Nordeste brasileiro.

Do ponto de vista metodológico caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, uma vez que identifica e analisa dados registrados em diferentes suportes os quais permitiram, de maneira ampla, discutir o tema. Quanto à natureza, classifica-se como descritiva, dado que busca especificar características do fenômeno que analisa, no caso a ferramenta DSPACE.

2 OPEN ARCHIVE INITIATIVE: algumas considerações

Sobre a terminologia do OAI Lagoze e Van de Sompel (2001) explicam que o termo

“arquivo” foi adotado “[...] como sinônimo para um repositório de *papers* acadêmicos.” e o termo “aberto” com base na arquitetura do sistema “[...] definindo e promovendo interfaces que facilitam a disponibilidade de conteúdo a partir da variedade de provedores”.

O OAI surgiu como um movimento de pesquisadores, no ano de 2001, em reunião da *Open Society Institute* (OSI), com a declaração de *Budapeste* que discutia, segundo a percepção de Paul Ginsparg (apud KURAMOTO, 2012a), que “[...] se nós os pesquisadores não escrevemos com a expectativa de obter lucros diretamente de nossos esforços, então não há razão terrena que justifique que alguém deva obter lucros neste



processo.”

Segundo Kuramoto (2006a) à época a preocupação ia além do aspecto financeiro, considerava ainda “[...] a definição de aspectos técnicos e de suporte organizacional de uma estrutura de publicação científica aberta, na qual ambas, a camada comercial e livre possam se estabelecer.”

Os três aspectos que motivaram discussões sobre o Acesso Livre, segundo Castro (2005, p. 3) são: aumento de custo das assinaturas de revistas científicas; Universidades e institutos de pesquisa têm que pagar para ter acesso à pesquisa publicada nas revistas científicas; o conhecimento científico é um bem público e, portanto, deve estar disponível a todos, em qualquer tempo e lugar.

A declaração de Budapeste (2001) sobre Acesso Livre define

[...] sua disponibilização livre na Internet pública, permitindo a qualquer usuário ler, descarregar, copiar, distribuir, imprimir, buscar ou fazer um *link* para os textos completos destes artigos, capturá-los (*crawling*) para indexação, utilizá-los como dados para *software*, ou utilizá-los para qualquer outro propósito legal, sem outras barreiras financeiras, legais ou técnicas que aquelas inseparáveis do próprio acesso à Internet.

A declaração reafirma o principal objetivo de o OAI tornar artigos sobre pesquisas de todas as áreas do conhecimento disponíveis gratuitamente, na Internet. Dessa forma, posiciona opostamente aos periódicos comerciais, onde o pesquisador precisa “comprar” para ter acesso à informação.

As estratégias indicadas pela Declaração de Budapeste para sustentar a OAI, consistem no autoarquivamento onde “[...] os pesquisadores/acadêmicos precisam de ferramentas e assistência para depositar os seus artigos publicados em revistas arbitradas por revisão de pares (*peer-review*) em arquivos eletrônicos abertos [...]” (KURAMOTO, 2012b); e também através das Revistas Científicas de Acesso Livre, que “[...] sugere que os pesquisadores/acadêmicos necessitam de meios para o lançamento de uma nova geração de revistas científicas comprometidas com o Acesso Livre [...]” (KURAMOTO, 2012b).

A OAI organizou ainda alguns modelos de publicações que podem ser inseridas aos repositórios, base composta de metadados padronizados para descrição, interoperabilidade entre diferentes formatos de arquivos, recuperação e compartilhamento



de informações. Estes podem ser institucionais ou temáticos, digitais, para publicação de periódicos científicos, *e-prints* entre outros que se diferenciam em relação ao conteúdo que gerenciam.

3 O USO DO OPEN ARCHIVE INITATIVE NO BRASIL: em particular o DSPACE

Segundo o paradigma emergente, a comunicação científica busca divulgar os resultados obtidos nas pesquisas realizadas nas diversas áreas do conhecimento, ao refletir o nível de produtividade buscando, assim, o reconhecimento científico.

Um marco importante para a efetivação da OAI foi a implantação de repositórios de acesso livre, que possibilitam a interoperabilidade com outros repositórios com o mesmo ideal, sendo necessário o uso de padrões de metadados em comum.

Destaca-se aqui, alguns países e instituições que aderiram às políticas e ações para a efetivação do Acesso Livre, a saber: National Institutes of Health (NIH), Estados Unidos; Wellcome Trust, Reino Unido; Research Councils, Reino Unido; Harvard University, Estados Unidos; University of Southampton, Inglaterra; Stanford University, Estados Unidos; CAPES, Brasil. (COSTA, 2008, 228)

No panorama nacional, a implantação de Repositórios Institucionais, nas universidades, surge como estratégia para divulgar e promover o “marketing” de suas publicações. Apesar da iniciativa da CAPES, ainda são razoáveis as ações para facilitar o acesso à produção científica. Em linhas gerais, desenvolvem-se repositórios institucionais em algumas universidades do país, mas se percebe a carência de medidas efetivas de informação para se promover discussões e incentivos para produção com a comunidade acadêmica.

Os movimentos de discussão e apoio ao Acesso Livre vêm se consolidando através de movimentos como Manifesto Brasileiro de apoio ao Acesso Livre à Informação Científica, Declaração de Salvador, Declaração de Florianópolis, Carta de São Paulo e Carta Aberta da 58ª Sociedade Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC. Convém ainda lembrar, a Lei 387/2011, que tramita na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática que aguarda implementação, porém, apesar de todos os movimentos, o Brasil, no âmbito mundial, apresenta pouca



participação no movimento de Acesso Livre Universal.

O cenário atual, apresenta à divulgação científica que, em termos numéricos, tem-se hoje no Brasil um total de 2032 periódicos científicos, deste 1137 são impressos e 895 online (AMARAL; SHINTAKU, 2012). Esse panorama retrata a necessidade dos pesquisadores brasileiros em disponibilizar resultados de seus estudos de forma rápida e sem custos, fazendo uso dos repositórios institucionais. Nesta pesquisa destaca-se, o DSPACE, por ser o software mais utilizado na construção de repositórios institucionais no país.

O DSPACE é um software, que comporta a implantação de repositórios, tendo sido criado a partir da filosofia da OAI e segundo o próprio site, este é descrito como: “um sistema de repositório digital inovador que captura, armazena, indexa, preserva e redistribui materiais de pesquisa em formato digital produzido por comunidades acadêmicas dentro do contexto de organizações de pesquisa e de universidades”.

3.1 Mapeamento do repositório institucional DSPACE no Nordeste brasileiro

O Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia (IBICT), órgão responsável pelo gerenciamento dos repositórios institucionais em nível nacional, utiliza o software de uso livre DSPACE a partir do ano de 2010 o qual está inserido na política de acesso livre e encontra-se disponibilizado para download gratuitamente, no portal do IBICT.

Dentre os repositórios institucionais vinculados ao projeto do IBICT/FINEP que estão ativos, na região Nordeste do Brasil, segundo dados desta pesquisa encontram-se os estados do: Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e Bahia que, em termos numéricos, constituem 26,04% dos repositórios institucionais no país, segundo o estudo de Boso (2011). O restante do Nordeste brasileiro formado pelos estados de Piauí, Paraíba e Pernambuco ainda não possuem o DSPACE em atividade.

Quadro demonstrativo do DSPACE no Nordeste brasileiro

Estados	Instituições	Endereço eletrônico
---------	--------------	---------------------



Alagoas	UFAL	http://www.repositorio.ufal.br/
Bahia	UFBA	http://www.repositorio.ufba.br/ri/
Ceará	UFC	http://www.repositorio.ufc.br:8080/ri/
Maranhão	UFMA	http://www.repositorio.ufma.br:8080/jspui/
Rio Grande do Norte	UFRN	http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/
Sergipe	UFS	http://www.repositorio.biblioteca.ufs.br/

Fonte: Dados da pesquisa.

Vale destacar que os repositórios necessitam de políticas para garantir o seu povoamento. As IFES, ao implantarem o repositório institucional DSPACE, pontuam sua importância quando da apresentação de suas políticas, conforme pode-se demonstrar:

- UFC apresenta o repositório institucional com o intuito de “[...] reunir, armazenar, organizar, recuperar, preservar e disseminar a produção científica e intelectual da comunidade universitária pertencente à Universidade Federal do Ceará.” e apresenta também resolução normativa datada do ano de 2011.

- UFRN destaca a missão de armazenar, preservar e disponibilizar na Internet, textos completos de acesso livre. Para tanto, há uma Resolução nº 059/2010-CONSEPE, de 13 de abril de 2010, que estabelece normas sobre a Política Institucional de Informação Técnico-Científica, na UFRN, referente ao seu repositório institucional.

- UFAL contemplado pelo IBICT no ano de 2010, implantou o seu repositório institucional, utiliza o servidor web Java Tomcat. Porém, não faz referência à missão e política.

- UFS instituiu o repositório DSPACE em novembro de 2010 e o legalizou pela Resolução nº 40/2010/CONEP, de 18 de junho de 2010, com o intuito de “[...] preservar e

disseminar a produção científica e acadêmica da UFS, cuja estrutura organizacional é formada de comunidades e sub-comunidades, que são os centros, departamentos e



núcleos.”

- UFBA utiliza o software DSPACE, com base na Portaria nº 024/2010. O repositório institucional da Universidade Federal da Bahia foi estruturado visando contribuir para maior armazenar, preservar, divulgar e dar acesso à produção científica da UFBA.

Percebe-se, a partir das políticas apresentadas, que as IFES tornaram-se motivadas para o acesso livre à literatura científica conscientes que o impacto desta ação gera um maior desenvolvimento de estudos e pesquisas acadêmicas.

A terminologia armazenar, preservar, divulgar fazem parte das políticas explicitadas pelas IFES, que abrigam os repositórios DSPACE. Quanto ao período de implantação este se deu no 2010, quando o projeto do IBICT foi efetivado na maioria das instituições, restando somente a UFC no ano seguinte.

4 CONCLUSÃO

Tratar da OAI implica debater sobre um novo modelo de comunicação científica que tem se consolidado eficazmente para desconstruir a “monopolização” e preços abusivos de editores comerciais, com o intuito de indicar um modelo de comunicação científica eletrônica e, principalmente, sem restrições.

A partir do mapeamento de repositórios DSPACE na região Nordeste, pode-se pontuar que apesar de agregar o maior número de estados no país, quantitativamente, a região Nordeste encontra-se com o mesmo quantitativo de repositórios DSPACE que a região Sul (6 repositórios); chama-se atenção também para o fato de os repositórios DSPACE, encontrados na região Nordeste, serem pertencentes a Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Outro ponto a destacar é que a implantação de repositórios nas IFES tem como objetivo principal a produção, preservação e divulgação da informação e conhecimento visando o avanço científico e tecnológico.

Por fim, espera-se que as demais IFES do Nordeste brasileiro venham a implantar o repositório institucional DSPACE, reconhecendo-o como um instrumento do OAI, com real representação para a sociedade.

REFERÊNCIAS



AMARO, Bianca; Shintaku, Milton. Iniciativas do IBICT para visibilidade da ciência brasileira. In: Encontro de Iniciativas do IBICT para visibilidade da ciência brasileira, 1., 2012, Brasília. **Anais...** Brasília: IBICT, 2012. Disponível em:

<http://visibilidadeacessoaberto.ibict.br/ocs_ibict/images/Iniciativas_Ibict_Visibilidade_Ciencia_Brasileira_10-2012.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2013.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA. **Declaração de Florianópolis**. Florianópolis, 2006. Disponível em: <<http://newpsi.bvs-psi.org.br/eventos/abecip/DeclFlor.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2012

BRASIL. Congresso Nacional. **Projeto de Lei 387/2011**. Dispõe sobre o processo de registro e disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de educação superior, bem como as unidades de pesquisa no Brasil e dá outras providências. 2011. Disponível em: <http://kuramoto.files.wordpress.com/2011/07/pls387_2011.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2012.

BOSO, Augiza Karla. Repositórios de instituições federais de ensino superior e suas políticas: análise sob o aspecto das fontes informacionais. 2011. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

BUDAPESTE **Open Access Initiative**. 2001. Disponível em:<<http://www.soror.org/openaccess/>>. Acesso em: 27 maio 2011.

CASTRO, Regina C. Figueiredo. Procedimento para indexação dos periódicos científicos. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDITORES CIENTÍFICOS, 10., São Pedro, SP, 2005. **Anais...**

São Pedro: ABEC, 2005. Disponível em: <http://eventos.bvsalud.org/abec/public/documents/Regina_minicursoABEC_criterios_094443.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2012.

CONGRESSO MUNDIAL DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE E BIBLIOTECAS, 9, 2005, Salvador. **Declaração de Salvador sobre o Acesso Aberto**: a perspectiva dos países em desenvolvimento. Salvador, 2005. Disponível em: <<http://www.icml9.org/channel.php?lang=pt&channel=86&content=428>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

COSTA, Sely. Abordagens, estratégias e ferramentas para o acesso aberto via periódicos e repositórios institucionais em instituições acadêmicas brasileiras. **Liinc em Revista**, v. 4, n. 2, setembro 2008, Rio de Janeiro, p. 218-232. Disponível em: <www.iata.csic.es/~bibrem/NECOBELAC/repos-brasil.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Manifesto Brasileiro de apoio ao acesso livre à informação científica**. Rio de



Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://kuramoto.files.wordpress.com/2008/09/manifesto-sobre-o-acesso-livre-a-informacao-cientifica.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

KURAMOTO, Helio. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 2, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010019652006000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 abr. 2012.

_____. **Acesso Livre:** como tudo começou. 2012. Disponível: <kuramoto.blog.br/2012/02/27/acesso-livre-como-tudo-comecou/>. Acesso em: 05 abr. 2012a.

_____. **Carta Aberta da 58ª Sociedade Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC.** Florianópolis, 2006b. Disponível em: <<http://alemplus.wordpress.com/2006/07/24/carta-aberta-a-sbpc/>>. Acesso em: 15 mar. 2012b.

LAGOZE, Carl; VAN DE SOMPEL, Herbert. The Open Archives Initiative: building a low-barrier interoperability framework. In: JOINT CONFERENCE ON DIGITAL LIBRARIES, 1, 2001, Roanoke. **Proceedings...** Association for Computing Machinery, 2001. p. 54-62. ACM/IEEE-CS. J Goldman et al. Transforming Access to the Spoken Word. Disponível em: <www.openarchives.org/documents/jcdl2001-oai.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2011.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação.** Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

MOVIMENTO ACESSO ABERTO BRASIL. **Carta de São Paulo.** São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.acessoaberto.org/>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

VAN DE SOMPEL, Herbert.; LAGOZE, Carl. The Open Archives Initiative: building a low-barrier interoperability framework. In: JOINT CONFERENCE ON DIGITAL LIBRARIES, 1, 2001, Roanoke. **Proceedings...** Association for Computing Machinery, 2001. p. 54-62. ACM/IEEE-CS. J Goldman et al. Transforming Access to the Spoken Word. Disponível em: <www.openarchives.org/documents/jcdl2001-oai.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2011.